

N.º 318 do 6.º Ano (2.ª Série)

Paulo Antonio Teixeira Lopes

Consta-nos que esta escola será

subsidiada pelo estado e as similares que vierem a fundar-se por iniciativa particular. Também as províncias ultramarinas Angola e Moçambique vão subsidiar esta escola e outras neste género.

LEILÃO DE PENHORES

Efetua-se no dia 7 do próximo mez de Março, na casa prestamista do Largo de S. Tiago, n.º 31 e 33.

Guimarães, 5 de Fevereiro de 1920.

José Fernandes Vieira Guimarães.

ANUNCIO

Sociedade por quotas que entre si fazem, a firma comercial António José d'Oliveira, Filhos, desta cidade, e Julio Antonio Cardoso e esposa, desta mesma cidade, em 17 de Janeiro de 1920.

Saibam quantos esta escritura virem que no ano de mil novecentos e vinte, aos dezassete dias do mez de Janeiro, nesta cidade de Guimarães, e no meu cartorio sito na rua Gravador Molarinho, perante mim notario, bacharel Francisco Moreira Sampaio, e as testemunhas idoneas adiante nomeadas e assinadas, compareceram: Como primeiro outorgante, a firma comercial Antonio José d'Oliveira, Filhos, sociedade comercial em nome colectivo, com sede nesta cidade de Guimarães, representada pelo socio José Mendes d'Oliveira, casado, industrial, do largo do Trovador, desta cidade, e como segundos outorgantes, Julio Antonio Cardoso e esposa Dona Margarida Rosa de Sousa Cardoso, proprietários, da rua de Couros, desta mesma cidade, todos pessoas minhas conhecidas e reconhecidas, assim como o são das mencionadas testemunhas, que também conheço, do que dou fé. E por eles outorgantes foi dito: Que, pela presente escritura, é constituída uma sociedade, por quotas, de responsabilidade limitada, em harmonia com a lei de onze de Abril de mil novecentos e um e nos termos e clausulas constantes dos artigos seguintes:

1.º — A sociedade tem por objecto a industria de cortumes, podendo também exercer qualquer outro ramo de industria ou commercio em que os socios venham a acordar.

2.º — A sociedade denominar-se-ha «Empresa Vimaranesse de Cortumes, Limitada», tendo a sua sede nesta cidade.

3.º — A sua duração é por tempo indeterminado, considerando-se constituída a partir desta data.

4.º — O capital social é de sessenta mil escudos, sendo quarenta e cinco mil escudos a quota da firma comercial António José d'Oliveira, Filhos, e quinze mil escudos a quota do socio Julio Antonio Cardoso. A quota do socio Julio Antonio Cardoso, é constituída pelo predio que possui ao fundo da rua Vila Flor, desta cidade, constituído por uma fábrica de cortumes, barracões, armazens, casa de habitação e demais pertencas, descrito na conservatoria desta comarca, sob o numero trez mil setecentos e trinta e seis, a folhas cinquenta e uma do livro B-dezasseis, e que traz para a sociedade e nela põe em comum desde já, no valor de oito mil escudos; por diversos materiais destinados à industria de cortumes, no valor de quatro mil escudos, que desde já igualmente traz para a sociedade e nela põe em comum; e por trez mil escudos em dinheiro que entregará dentro de noventa dias a contar desta data. A quota da firma António José d'Oliveira, Filhos, acha-se realizada quanto a dez por cento, entrando a mesma com a parte restante em dinheiro, dentro também de noventa dias a contar do dia de hoje.

5.º — Não haverá prestações suplementares obrigatorias, mas qualquer dos socios poderá fazer à Caixa social os suprimentos de que ela careça, recebendo pelos mesmos o juro de seis por cento ao ano.

6.º — A gerencia da sociedade pertence a ambos os socios, e será exercida pela maneira que entre si combinarem, podendo o socio Julio Antonio Cardoso fazer-se substituir por pessoa extranha à sociedade, sendo de accordo com o outro socio a escolha dessa pessoa, o que tudo constará das actas da sociedade. Quando não queira aquelle socio fazer-se substituir nem exercer as funções que lhe competirem, cederá então cinco por cento do seu lucro ao outro socio.

7.º — A sociedade será representada em juizo e fora dele, activa e passivamente, por qualquer dos socios.

§ 1.º — O uso da firma Antonio José d'Oliveira, Filhos, nos negocios desta sociedade, é exercido por qualquer dos socios que a constituem.

§ 2.º — O socio Julio Antonio Cardoso poderá assinar todos os documentos que digam respeito à sociedade, mesmo no caso de ter alguém a substituí-lo de harmonia com o artigo anterior, pois o seu substituto não terá poderes para assinar documentos de responsabilidade ou que obriguem a sociedade.

8.º — Nenhum dos socios poderá servir-se desta sociedade para letras de favor, fianças, negocios ou qualquer acto extranho à mesma, ficando aquelle que o fizer pessoalmente responsável pelas consequências desse acto.

9.º — O ano social será o ano civil, e o balanço geral da sociedade será dado em trinta e um de Dezembro de cada ano.

10.º — Dos lucros líquidos da sociedade, retirar-se-hão cinco por cento para formação ou integração do fundo de reserva legal; uma percentagem, que será resolvida todos os anos em reunião dos socios e por accordo dos mesmos, para depreciação de maquinismos, conservação de predios ou gastos de instalação; e o restante será dividido pelos socios, sendo oitenta por cento para a firma Antonio José d'Oliveira, Filhos, e vinte por cento para o socio Julio Antonio Cardoso. Os prejuizos serão suportados na mesma proporção dos lucros.

11.º — Nenhum socio poderá exercer de sua conta particular a industria de que é objecto esta sociedade, podendo todavia exercer livremente qualquer outra.

§ único — Exceptua-se do disposto neste artigo a fazenda currida ou em curtime que qualquer dos socios possua nesta data, a qual será liquidada por conta propria do seu possuidor.

12.º — A cessão da quota ou parte da quota de algum dos socios a extranhos, só poderá ser feita se o outro socio expressamente consentir, pois fica reservado para este o direito de preferencia.

§ único — O valor da

quota ou fracção cedida, quando seja usado o direito de preferencia a que se refere este artigo, será o do ultimo balanço acrescentado com a parte que lhe pertencer no fundo de reserva e com o juro de seis por cento desde a data desse balanço calculado sobre esse valor constante do balanço e do fundo de reserva.

13.º — No caso de falecimento ou interdição de qualquer socio poderão os seus herdeiros ou representante legal continuar na sociedade se isso for da vontade do outro socio, e em caso contrario receberão os ditos herdeiros ou representante do interdicto tudo quanto na sociedade tinha pelo ultimo balanço o socio falecido ou interdicto, acrescentado da sua parte correspondente no fundo de reserva, e dos juros à razão de seis por cento ao ano, contados da data desse balanço, em quatro prestações semestrais, podendo ser exigidas as devidas garantias para estes pagamentos, ou antecipados estes, se assim convier ao socio que ficar com o activo e passivo da sociedade.

14.º — As reuniões dos socios serão convocadas por carta registada, com antecipaçaõ pelo menos de oito dias.

15.º — No caso de dissolução da sociedade, serão liquidatarios ambos os socios, os quais resolverão a forma da sua liquidación.

16.º — Em todos os casos omissos neste contracto a sociedade regular-se-ha pelas deliberações que forem tomadas em reunião de socios, e na falta destas, pela legislação applicavel.

Pela esposa do segundo outorgante socio, Dona Margarida Rosa de Souza Cardoso, foi dito: Que, para todos os efeitos legais, presta a sua outorga e consentimento a tudo quanto fica estipulado pelo seu marido na presente escritura. Assim o disseram, outorgaram e aceitaram, do que dou fé. Foi paga a contribuição do registo por título oneroso devido, na Tesouraria de Guimarães, no dia de ontem, conforme consta do co-

Ex. mo Snr.

nhecimento numero trezentos e sessenta e quatro, que me foi entregue e vai ficar arquivado no meu cartorio para os devidos efeitos legais. Vão ser colados e devidamente inutilizados selos do imposto na importância de noventa e oito escudos e vinte e cinco centavos. Foram testemunhas presentes Manuel Cactano Martins, casado, negociante, da rua de Camões, e João de Almeida Bravo, casado, industrial, da rua Trindade Coelho, ambos desta cidade, os quais esta escritura vão assinar com os outorgantes, depois de perante todos ser lida em voz alta por mim notario. E eu, notario, a subscrevo e assino. José Mendes d'Oliveira (pela firma Antonio José d'Oliveira, Filhos), Julio Antonio Cardoso, Margarida Rosa de Souza Cardoso, Manuel Cactano Martins, João de Almeida Bravo.

O notario, Francisco Moreira Sampaio.

EDITAL
O Vice-Presidente da Comissão Executiva da Camara Municipal do concelho de Guimarães.

Faz saber que, por Decreto N.º 6288, publicado no «Diario do Governo» N.º 262, de 24 de Dezembro de 1919, foi designado o dia 8 de Fevereiro proximo para a realização de eleições das Juntas de Freguezia de Briteiros (Santa Leocadia), Briteiros (S. Salvador), Cardoso (S. Martinho), Costa, Creixomil, Gandarela, Gondar, Guardizela, Sando (S. Lourenço), Sando (S. Martinho), Urgezes e Nespereira, e que essa eleição deve começar em todas estas assembleias pelas 9 horas.

Convida, por isso, os eleitores das referidas assembleias a concorrer à mesma eleição.

E para constar se publica o presente e outros de igual teor que vão ser afixados no lugar do cartão.

Guimarães, 30 de Janeiro de 1920.

E eu, José Maria Gomes Alves, subscrevo.

O Vice-Presidente, A. L. de Carvalho.